



# SARANDI

Governo Municipal

## EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0030/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026

### OBJETO

*Registro de preços para eventual aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.*

### RESUMO

Critério de julgamento

☐ Menor preço.

Registro de preços

☐ Sim.

Licitação diferenciada para MPE

☐ Cota reservada para MPE.

Total estimado

☐ R\$ 3.397.881,54 (três milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

### SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 30/06/26.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será a Pregoeira Maria Luiza Souza Carvalho Mattos Portaria nº 2076/2026.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi - Paraná

[licitacao@sarandi.pr.gov.br](mailto:licitacao@sarandi.pr.gov.br)

(44) 3264-8600

## SUMÁRIO

---

1	DO OBJETO .....	2
2	DO REGISTRO DE PREÇOS .....	2
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	2
	Da licitação diferenciada para MPE.....	3
4	DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
7	DA ABERTURA DA SESSÃO .....	8
8	DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	8
9	DA NEGOCIAÇÃO .....	11
10	DA PROPOSTA DE PREÇO .....	12
11	DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
12	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
13	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	18
14	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	19
15	DOS RECURSOS .....	20
16	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	21
17	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	24
18	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO .....	24
19	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	25



Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, realizará Licitação, para Registro de Preços, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1 DO OBJETO

---

1.1 O objeto da presente licitação é o *Registro de preços para eventual aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela(s) constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.1 Relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2 DO REGISTRO DE PREÇOS

---

2.1 A participação nesta licitação não permite a inclusão de outros integrantes, conforme o [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

## 3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

---

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE**

3.5 Os produtos dos itens de 32 a 40, conforme disposto no Termo de Referência, compõem a Cota Reservada para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do inciso III do art. 48 da [Lei Complementar nº 123/06](#). Os demais bens/produtos destinam-se à ampla participação e integram a Cota Principal.

3.5.1 Na hipótese de não haver vencedor para a Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da Cota Principal.

3.5.2 Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.5.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das Cotas Reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a Cota Reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

3.6 A obtenção do benefício para MPE fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da [Lei nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/06](#) e do [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



3.8 Não poderão o disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- X. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o inciso IV do subitem 3.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



## 4 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

---

4.1 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

## 5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

---

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos subitens 12.1.1 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



5.7 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.14 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. valor unitário e total do item;
- II. marca;
- III. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

## 7 DA ABERTURA DA SESSÃO

---

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

## 8 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

---

8.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



8.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).

8.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

8.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



8.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

8.27 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.28 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 9 DA NEGOCIAÇÃO

---

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



9.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## 10 DA PROPOSTA DE PREÇO

---

10.1 A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **proposta de preço** conforme o Anexo II, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo II), deverão constar:

- I. descrição do objeto cotado, contendo as especificações da Tabela (s) do Termo de Referência;
- II. marca e nome comercial para cada item cotado;
- III. Número do registro do produto junto à ANVISA;
  - a) Caso o produto seja dispensado de registro, deverá ser informado “DISPENSADO”, devendo ainda ser apresentado, juntamente com a proposta, documento que comprove tal condição;
  - b) O registro mencionado será verificado junto à ANVISA, devendo estar vigente na data da apresentação da proposta;
- IV. quantidade e unidade de medida;
- V. valor unitário e total, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e
- VI. validade da proposta, conforme exigido no subitem 6.7 deste edital.

10.2 É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido acima (subitem 10.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.



## 11 DA FASE DE JULGAMENTO

---

11.1 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

11.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

11.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

11.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



11.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

11.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10 Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

11.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



## 12 DA FASE DE HABILITAÇÃO

---

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada na forma da lei.

12.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.8 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.10 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:





- I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.14.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.15 A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.15.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

12.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.16.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



12.16.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.17 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 12.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- IV. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.18 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.15.1.

12.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



12.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do licitante convocado, desde que:

- I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



## 14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

---

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

14.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



## 15 DOS RECURSOS

---

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



## 16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;
- II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI. fraudar a licitação;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;



III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do subitem 16.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



16.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do subitem 16.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.





## 17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

---

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o e-mail: *PREGOEIRO4@SARANDI.PR.GOV.BR*.

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 18 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

---

18.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

18.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

18.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

18.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

18.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.



## 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
  - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II – Proposta de Preço (modelo);
- ✓ Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;



- ✓ Anexo IV – Análise de Risco;

Sarandi, 16 de junho de 2026.

---

**PATRÍCIA DAIANE MORAES DE SOUZA**

Secretária Interina de Administração  
Portaria nº 2166/2026



# SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

### OBJETO

---

*Registro de preços para eventual aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.*

---



## SUMÁRIO

1	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....	2
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	9
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	9
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	9
5	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	10
6	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	11
7	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	14
8	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR .....	16
9	ASPECTOS CONTRATUAIS .....	22
10	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	29
11	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	30

## 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### OBJETO

1.1 *Registro de preços para eventual aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

Ampla Participação:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	75986	Fórmula infantil para lactantes de 0 a 6 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unidade	R\$ 72,45	R\$ 21.735,00
2	75987	Fórmula infantil a partir do 6º mês de vida. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unidade	R\$ 72,49	R\$ 21.747,00
3	75988	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses. Enriquecida com Lc-Pufas. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	500	Unidade	R\$ 118,09	R\$ 59.045,00
4	75989	Fórmula infantil para lactentes de 6 a 12 meses. Enriquecida com Lc-Pufas. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	500	Unidade	R\$ 118,88	R\$ 59.440,00
5	75990	Fórmula infantil Indicado a crianças de 0 a 6 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	750	Unidade	R\$ 86,19	R\$ 64.642,50
6	75991	Fórmula infantil Indicado a crianças de 6 a 12 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	750	Unidade	R\$ 86,28	R\$ 64.710,00
7	75992	Fórmula Infantil para lactentes de 0 a 12 meses à base de 100% proteína. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	200	Unidade	R\$ 102,14	R\$ 20.428,00
8	79062	Pó para preparo de bebida a base de soja para crianças a partir de 03 anos. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unidade	R\$ 114,24	R\$ 34.272,00
9	79063	Fórmula infantil de 0-36 meses isenta de lactose. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	600	Unidade	R\$ 104,41	R\$ 62.646,00
10	75995	Fórmula anti-regurgitação para lactentes	350	Unidade	R\$ 95,99	R\$ 33.596,50



		0-12 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.				
11	75996	Nutrição enteral ou oral, normocalórico (1,0 kcal/mL na diluição padrão). Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	600	Unidade	R\$ 57,88	R\$ 34.728,00
12	75997	Nutrição enteral ou oral, normocalórico/hipercalórico. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	844	Unidade	R\$ 83,69	R\$ 70.634,36
13	79064	Fórmula infantil 0-36 meses, hipoalergênica. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	1013	Unidade	R\$ 194,94	R\$ 197.474,22
14	75999	Dieta para Nutrição enteral ou oral, à base de peptídeos, normocalórico. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	200	Unidade	R\$ 177,63	R\$ 35.526,00
15	76000	Fórmula infantil em pó para lactentes e de segmento, e crianças de primeira infância. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Unidade	R\$ 165,89	R\$ 66.356,00
16	76001	Fórmula infantil constituída com 100% de aminoácidos livres. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	563	Unidade	R\$ 288,67	R\$ 162.521,21
17	76002	Módulo de nutrição, com 100% de aminoácidos livres. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	1875	Unidade	R\$ 288,82	R\$ 541.537,50
18	79065	Módulo de nutrição enteral ou oral, indicado para crianças de 4 a 10 anos. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Unidade	R\$ 148,89	R\$ 59.556,00
19	76004	Fórmula infantil 0-36 meses. Hipoalergênica a base de proteína do soro do leite. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	844	Unidade	R\$ 202,23	R\$ 170.682,12
20	79066	Fórmula infantil de base vegetal 0-36 meses. Hipoalergênica a base de 100% proteína de arroz ou soja. Lata com 400g ou 800g, respectivamente. Demais especificações conforme descrição complementar.	150	Unidade	R\$ 310,57	R\$ 46.585,50
21	76006	Suplemento alimentar. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	423	Unidade	R\$ 243,58	R\$ 103.034,34



22	76007	Módulo nutricionalmente completo. Isento de fibra, lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	2813	Litros	R\$ 30,62	R\$ 86.134,06
23	76008	Módulo nutricionalmente completo. Isento de lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	2500	Litros	R\$ 30,04	R\$ 75.100,00
24	76009	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 57 gramas de proteína). Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	800	Litros	R\$ 38,95	R\$ 31.160,00
25	76010	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Normoproteica com 100% proteína de soja. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	800	Litros	R\$ 31,42	R\$ 25.136,00
26	76011	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 63 gramas de proteína). Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	12000	Litros	R\$ 35,70	R\$ 428.400,00
27	76012	Módulo nutricionalmente completo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	3000	Litros	R\$ 44,50	R\$ 133.500,00
28	76013	Módulo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral. Frasco com 200 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Frascos	R\$ 23,55	R\$ 9.420,00
29	76014	Frasco para nutrição enteral. Capacidade 300 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	11000	Frascos	R\$ 2,73	R\$ 30.030,00
30	76015	Equipo específico para nutrição enteral, conector escalonado. Demais especificações conforme descrição complementar.	8000	Unidade	R\$ 1,88	R\$ 15.040,00
31	76016	Equipo específico para nutrição enteral, conector Luer Slip. Demais especificações conforme descrição complementar.	2000	Unidade	R\$ 1,22	R\$ 2.440,00





## Cota Reservada à Participação de ME/EPP:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
32	75997	Nutrição enteral ou oral, normocalórico/hipercalórico. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	281	Unidade	R\$ 83,69	R\$ 23.516,89
33	79064	Fórmula infantil 0-36 meses, hipoalergênica. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	337	Unidade	R\$ 194,94	R\$ 65.694,78
34	76001	Fórmula infantil constituída com 100% de aminoácidos livres. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	187	Unidade	R\$ 288,67	R\$ 53.981,29
35	76002	Módulo de nutrição, com 100% de aminoácidos livres. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	625	Unidade	R\$ 288,82	R\$ 180.512,50
36	76004	Fórmula infantil 0-36 meses. Hipoalergênica a base de proteína do soro do leite. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	281	Unidade	R\$ 202,23	R\$ 56.826,63
37	76006	Suplemento alimentar. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	140	Unidade	R\$ 243,58	R\$ 34.101,20
38	76007	Módulo nutricionalmente completo. Isento de fibra, lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	937	Litros	R\$ 30,62	R\$ 28.690,94
39	76011	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 63 gramas de proteína). Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	4000	Litros	R\$ 35,70	R\$ 142.800,00
40	76012	Módulo nutricionalmente completo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	1000	Litros	R\$ 44,50	R\$ 44.500,00

Tabela 1

1.2 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no [compras.gov.br](http://compras.gov.br), prevalecerão sempre deste termo.



## DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR	MARCA E NOME COMERCIAL EQUIVALENTE
1	75986	Fórmula infantil de partida enriquecida com ferro e selênio. Fornece os nutrientes em quantidades adequadas para lactentes de 0 a 6 meses. Lata com 800g.	Nestogeno 1 Milupa 1 Similac 1 Enfamil 1
2	75987	Fórmula infantil de seguimento enriquecida com ferro e selênio. Fornece os nutrientes em quantidades adequadas para lactentes a partir do 6º mês de vida. Lata com 800g.	Nestogeno 2 Milupa 2 Similac 2 Enfamil 2
3	75988	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses. Enriquecida com Lc-Pufas (DHA e ARA) nucleotídeos e fibras. Com 100% proteína do soro do leite parcialmente hidrolisado. Isento de glúten e sacarose. Lata com 800g.	Nan supreme 1 Aptamil Active
4	75989	Fórmula infantil para lactentes de 6 a 12 meses. Enriquecida com Lc-Pufas (DHA e ARA) nucleotídeos e fibras. Com 100% proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada. Isento de glúten e sacarose. Lata com 800g.	Nan supreme 2 Aptamil Active
5	75990	Fórmula infantil Indicado a crianças de 0 a 6 meses: Contém LcPUFAs (ARA e DHA); Nucleotídeos e prebióticos. Lata com 800g.	Nan Confor 1 Aptamil Premium 1 Aptamil profutura 1
6	75991	Fórmula infantil Indicado a crianças de 6 a 12 meses: Contém LcPUFAs (ARA e DHA); Nucleotídeos e prebióticos. Lata com 800g.	Nan Confor 2 Aptamil Premium 2 Aptamil profutura 2
7	75992	Fórmula Infantil para lactentes de 0 a 12 meses à base de 100% proteína isolada da soja. Enriquecida com ferro, cálcio. Isento de sacarose. Lata com 800g.	Aptamil Soja Nan Soja
8	79062	Pó para preparo de bebida a base de soja para crianças a partir de 3 anos, com DHA e ARA. Isento de sacarose, Lactose e Proteínas Lácteas. Lata com 800g.	Milnutri Premium Soja
9	79063	Fórmula infantil de 0-36 meses isenta de lactose, contendo vitaminas, minerais e oligoelementos necessários ao bom desenvolvimento e crescimento. Lata a partir de 400g.	Nan sem Lactose Aptamil sem Lactose
10	75995	Fórmula anti-regurgitação para lactentes 0-12 meses, formulada para condições de refluxo gastroesofágico. Lata com 800g.	Aptamil Ar Nestogeno Espessar Nan Espessar
11	75996	Nutrição enteral ou oral, normocalórico (1,0 kcal/mL na diluição padrão), indicado para crianças de 1 a 10 anos de idade, sem problemas de absorção e que necessitam de nutrição especializada para recuperação e manutenção do estado nutricional. Com 100% de proteína animal e com TCM como fonte de gordura de rápida absorção. Sabor Baunilha. Isento de lactose e glúten. Lata com 400g.	Isosource Junior (Mandado Judicial)
12	75997	Nutrição enteral ou oral, normocalórico/hipercalórico, com proteína animal e/ou vegetal indicado para crianças de 1 a 10 anos de idade. Com ou sem sabor. Isento de glúten e lactose. Lata a partir de 400g.	Fortini plus Trophic Junior Isosource Junior
13	79064	Fórmula infantil de 0 a 36 meses, hipoalergênica à base de proteína	Aptamil Pepti



		do soro do leite extensamente hidrolisada, com lactose, com DHA e ARA, nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten. Lata com 800g.	
14	75999	Dieta para Nutrição enteral ou oral, à base de peptídeos, normocalórico. Indicado para terapia nutricional de pacientes pediátricos de 1 a 10 anos de idade. Com 100% de proteína do soro de leite hidrolisada e 59% TCM. Isento de Lactose e glúten. Lata com 400g.	Peptamen Junior (Mandado Judicial)
15	76000	Fórmula infantil em pó para lactentes e de segmento, e crianças de primeira infância. Hiperproteica e Normocalórica, com 60% de proteína do soro do leite, 40% de caseína, 54% de Lactose e 46% de maltodextrina, com prebióticos (0,8g/100ml). Lata com 400g.	Infatrini
16	76001	Fórmula infantil constituída com 100% de aminoácidos livres com TCM, DHA e ARA e sem adição de lactose e soja. Indicado para lactentes (0 a 36 meses) com alergia a múltiplos alimentos ou alergia a hidrolisados protéicos com comprometimento do trato gastrointestinal. Isento de glúten, lactose, galactose, frutose e sacarose. Lata com 400g.	Alfamino Neocate LCP
17	76002	Módulo de nutrição, com 100% de aminoácidos livres. Indicado para crianças de 1 a 10 anos com alergia a múltiplos alimentos ou alergia a hidrolisados protéicos com comprometimento do trato gastrointestinal. Isento de glúten, lactose, galactose, frutose e sacarose. Lata com 400g.	Neocate Advance
18	79065	Módulo de nutrição enteral ou oral, indicado para crianças de 4 a 10 anos, com combinação de DHA e ARA, prebióticos e probióticos que oferece 100% das principais vitaminas e minerais das recomendações. Normocalórico e normoproteico, com proteína animal e vegetal, com TCM. Isento de glúten. Sabores variados. Lata com 800g.	Pediasure (Mandado Judicial)
19	76004	Fórmula infantil 0-36 meses. Hipoalergênica a base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, sem lactose, com DHA e ARA e nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten. Lata com 400g.	Pregomin Pepti Alfaré
20	79066	Fórmula infantil de base vegetal 100% proteína de arroz ou de soja para crianças de 1 a 3 anos, ideal para intolerantes à lactose ou com alergia à proteína do leite de vaca (APLV). É isenta de leite, sem lactose e sem glúten, fortificada com ferro, vitaminas e minerais. Lata com 400g (arroz) ou 800g (soja).	Aptanutri Soja 3 Novamil Rice Similac Rice
21	76006	Suplemento alimentar para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral, formulado para crianças de até 10 anos, com alergia às proteínas do leite de vaca. Com 100% de aminoácido livres. Densidade calórica de 1Kcl/ml. Sabor artificial de baunilha. Lata com 400g.	Neofort (Mandado Judicial)
22	76007	Módulo nutricionalmente completo para Nutrição Enteral ou Oral, normocalórico (1.2 kcal/mL) e normoproteico (100% proteína isolada de soja). Para recuperação do paciente e/ou pacientes que apresentam alergia a proteína do leite. Isento de fibra, lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml. Sistema aberto.	Isosource Soya Trophic Soya
23	76008	Módulo nutricionalmente completo para Nutrição Enteral ou Oral, normocalórico (1.2 kcal/mL) e normoproteico (100% proteína isolada de soja). Para recuperação do paciente e/ou pacientes que apresentam alergia a proteína do leite. Isento de lactose e glúten.	Isosource Soya Fiber



		Com fibra. Embalagem com 1000 ml. Sistema aberto.	
24	76009	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 57 gramas de proteína). Criado especialmente para paciente com elevadas necessidades calóricas, com restrição hídrica e intolerância a grandes volumes. Fonte de carboidrato 100% maltodextrina. Isento de sacarose, lactose, glúten e fibras. Embalagem com 1000 ml, sistema aberto.	Trophic 1.5 Nutri enteral 1.5 Nutranon 1.5 Trophic E. P
25	76010	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Normoproteica com 100% proteína de soja. Criado especialmente para paciente com elevadas necessidades calóricas, com restrição hídrica e intolerância a grandes volumes. Fonte de carboidrato 100% maltodextrina. Isento de sacarose, lactose, glúten e fibras. Embalagem com 1000 ml, sistema aberto.	Trophic Soya 1.5 (Mandado Judicial)
26	76011	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 63gramas de proteína). Acrescido de fibras. Criado especialmente para paciente com elevadas necessidades calóricas, com restrição hídrica e intolerância a grandes volumes. Fonte de carboidrato 100% maltodextrina. Isento de sacarose, lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml, sistema aberto.	Nutri fiber 1.5 Isosource 1.5
27	76012	Módulo nutricionalmente completo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral. Normocalórico e Normoproteico. Criado especialmente para pacientes com necessidades de controle glicêmico. Isento de glúten. Embalagem com 1000 ml, sistema aberto.	Diamax IG Novasource GC Dianutri
28	76013	Módulo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral, hiperprotéico, acrescido de arginina, com ou sem Prolina. Terapia nutricional desenhada especificamente para a cicatrização de úlceras por pressão e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Isento de glúten. Frasco com 200 ml.	Cubitan Novasource Proline
29	76014	Frasco para nutrição enteral, produto higiênico, não estéril de uso único, embalo individualmente, fácil abertura, capacidade de 300ml.	—
30	76015	Equipo específico para nutrição enteral, com no mínimo 1,20m de comprimento com câmara de gotejamento flexível, ponta perfurante com tampa protetora, pinça rolete corta fluxo, conector escalonado, fabricado em PVC, atóxico e estéril.	—
31	76016	Equipo específico para nutrição enteral, com no mínimo 1,20m de comprimento com câmara de gotejamento flexível, ponta perfurante com tampa protetora, pinça rolete corta fluxo, conector Luer Slip, fabricado em PVC, atóxico e estéril.	—

Tabela 2

## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Município não possui Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026.

2.2.1 Não obstante, a presente contratação encontra-se devidamente justificada no âmbito do planejamento setorial da Secretaria Municipal de Saúde, com base na demanda atual, no histórico de consumo, na necessidade de continuidade dos serviços e na garantia do atendimento às políticas públicas de saúde, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **SUSTENTABILIDADE**

4.1 As embalagens e a composição dos produtos fornecidos deverão, sempre que possível, ser constituídas por materiais recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, priorizando-se o uso de insumos provenientes de material reciclado, em conformidade com as boas práticas ambientais.

4.1.1 A contratada deverá observar e cumprir as normas técnicas aplicáveis relativas à gestão de resíduos sólidos, incluindo aquelas estabelecidas pela ABNT, bem como a legislação ambiental vigente, no que couber.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE DEVE SER CONSIDERADA NESTE PROCESSO**

4.2 Deverão ser observadas as disposições da Lei 14.133/2021, bem como a legislação sanitária aplicável expedida pela ANVISA, especialmente no que se refere ao registro, rotulagem, controle de qualidade e comercialização de alimentos para fins especiais, incluindo dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares.

Destaca-se, ainda, a necessidade de observância das normas específicas relacionadas a alimentos para fins especiais e fórmulas infantis, conforme regulamentação sanitária vigente.



Deverão ainda ser observadas, quando aplicáveis, as normas técnicas da ABNT, bem como a legislação ambiental vigente, em especial a Lei 12.305/2010.

## LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.3 Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.1 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## 5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada para o *e-mail* indicado pelo licitante contratado.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 No ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade remanescente mínimo de **80% (oitenta por cento)** do prazo total estabelecido pelo fabricante, sob pena de recusa do recebimento. Tal exigência justifica-se pela necessidade de evitar o recebimento de produtos com prazo exíguo de validade, prevenindo perdas decorrentes de vencimento, especialmente em razão de possíveis variações de consumo (sazonalidade), bem como garantindo a segurança e a adequada utilização no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

5.3 Os produtos deverão ser entregues em suas **embalagens originais do fabricante**, devidamente lacradas, íntegras, sem sinais de violação, danos, amassados ou qualquer alteração que comprometa sua qualidade, devendo ainda estar em conformidade com a legislação vigente quanto à rotulagem, identificação e acondicionamento.

5.4 Os produtos deverão atender às disposições da legislação sanitária vigente, incluindo, quando aplicável, a Resolução nº 449, de 09 de setembro de 1999, e demais normas correlatas.





5.5 Os produtos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, bem como atender integralmente às exigências e normas técnicas de fabricação e comercialização estabelecidas pela ABNT e/ou por órgãos reguladores e fiscalizadores competentes.

5.6 A entrega será no seguinte endereço:

Secretaria	Endereço	Responsável	Demais informações
Saúde	Av. Londrina, 1174 – Jd. Independência	Dinah Cristina de Gois	De segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 9h às 11h e das 13h às 16h.

Tabela 3

5.6.1 Durante a vigência da ARP, eventuais alterações de endereços serão consideradas, prevalecendo o informado no pedido acompanhado da nota de empenho.

5.6.2 Se a entrega requer acesso por escada, cabe ao fornecedor entregar no local solicitado pela área requisitante, sem custos adicionais para o Município.

## GARANTIA DO OBJETO

5.7 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





## ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### FISCALIZAÇÃO

6.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.







## GESTOR DO CONTRATO

### 6.15 Cabe ao gestor do contrato:

- I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 – Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.17 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são os indicados nas Portarias nº 1634/2026 e 2132/2026, ou aquela que vier a substituir.



## 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### RECEBIMENTO

7.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 11 (onze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### LIQUIDAÇÃO

7.7 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).



7.8 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.10 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.11.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.





7.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.13 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.14 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

## **FORMA DE PAGAMENTO**

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com adjudicação por item.



**Justificativa para adoção da modalidade Pregão na forma Eletrônico:**

A adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, para a presente contratação encontra amparo no § 2º do art. 17 e no art. 29 da Lei 14.133/2021, os quais estabelecem, respectivamente, a preferência pela utilização de meios eletrônicos nos procedimentos licitatórios e a utilização do Pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

O objeto da presente contratação — dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares — enquadra-se como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente padronizadas e reguladas por órgãos competentes, como a ANVISA, permitindo a adequada comparação entre propostas.

A utilização da forma eletrônica justifica-se, ainda, por promover a ampliação da competitividade, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive de diferentes regiões do país, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, o pregão eletrônico assegura maior transparência, rastreabilidade dos atos, celeridade processual e eficiência na condução do certame, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Adicionalmente, considerando que se trata de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, cuja característica principal é a aquisição futura e parcelada de bens, conforme a necessidade da Administração, a adoção do pregão eletrônico mostra-se ainda mais adequada, pois permite maior flexibilidade na gestão das contratações, otimização dos estoques e melhor planejamento das aquisições, evitando desperdícios e garantindo o atendimento contínuo das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

**Justificativa adequada para a característica da natureza do objeto “Bem comum”:**

Os produtos a serem adquiridos — dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares — enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 29 da Lei 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Tais produtos são amplamente comercializados no mercado nacional, com características padronizadas, composição nutricional previamente definida, rotulagem regulamentada e controle de qualidade estabelecido por normas sanitárias expedidas pela ANVISA, o que possibilita a comparação objetiva entre propostas apresentadas pelos licitantes, sem a necessidade de avaliação técnica complexa ou subjetiva.

Além disso, a aquisição desses bens não demanda soluções personalizadas ou desenvolvimento específico por parte dos fornecedores, tratando-se de produtos industrializados, com especificações claras e amplamente disponíveis, o que reforça sua classificação como bens comuns.

Ressalta-se, ainda, que os itens objeto da contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme regulamentação vigente, incluindo o Decreto Municipal nº 620/2021, atendendo, portanto, aos princípios da economicidade, razoabilidade e interesse público.

**FORMA DE FORNECIMENTO**

O fornecimento do objeto será: parcelado.

**DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1 Além das exigências apresentadas no Edital, a proposta deverá conter:



- I. **Marca e nome comercial** para cada item cotado;
- II. Número do registro do produto junto à ANVISA;
  - a) Caso o produto seja dispensado de registro, deverá ser informado “DISPENSADO”, devendo ainda ser apresentado, juntamente com a proposta, documento que comprove tal condição;
  - b) O registro mencionado será verificado junto à ANVISA, devendo estar vigente na data da apresentação da proposta;

## SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nesta licitação optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 2140/2024 – SRP.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**Justificativa:** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela necessidade de assegurar maior eficiência, economicidade e celeridade nas contratações públicas, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021.

Considerando a natureza do objeto — aquisição de dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares — verifica-se que se trata de demanda contínua, variável e de difícil previsão exata, especialmente em razão das especificidades clínicas dos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, o que torna inadequada a definição prévia de quantitativos fixos para aquisição imediata.

Nesse contexto, o SRP permite a realização de um único procedimento licitatório para o registro formal de preços, com vigência determinada, possibilitando contratações futuras e parceladas, conforme a necessidade da Administração, evitando a formação de estoques excessivos, perdas por vencimento e desperdício de recursos públicos.





Além disso, o sistema contribui para a otimização dos processos administrativos, redução de custos operacionais e maior agilidade nas aquisições, garantindo o abastecimento contínuo dos itens essenciais à manutenção dos serviços de saúde.

Ressalta-se, ainda, que o SRP promove maior competitividade entre os fornecedores, amplia a participação no certame e possibilita a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, inclusive com potencial benefício às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando aplicável.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo eficiência na gestão dos recursos públicos e continuidade na prestação dos serviços.

## DA PARTICIPAÇÃO

Nesta licitação será vedada a participação de:

- ✓ Empresas reunidas em consórcio;

*Justificativa: A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se em razão da natureza do objeto da contratação, que consiste na aquisição de bens comuns — dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares — amplamente disponíveis no mercado e fornecidos por empresas que, individualmente, possuem capacidade técnica e operacional suficiente para atender às exigências do certame.*

*A admissão de consórcios, no presente caso, não se mostra necessária para ampliar a competitividade, podendo, inclusive, dificultar a gestão contratual e a fiscalização da execução, em razão da responsabilidade compartilhada entre as empresas consorciadas.*

*Ademais, considerando tratar-se de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado conforme a demanda, não há complexidade técnica ou operacional que justifique a formação de consórcios, sendo plenamente viável a execução contratual por fornecedores individuais.*

*Dessa forma, a vedação à participação de consórcios mostra-se adequada e proporcional, não implicando restrição indevida à competitividade, mas sim contribuindo para a eficiência administrativa e a simplificação da gestão contratual.*

## EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

### Habilitação jurídica

8.2 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à





verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### ***Habilitação fiscal, social e trabalhista***

8.3 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria





Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.4 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

I. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

*Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): A exigência de qualificação econômico-financeira, por meio da apresentação de certidão negativa de falência e insolvência civil, justifica-se pela necessidade de verificar a capacidade do licitante em cumprir as obrigações contratuais assumidas, garantindo maior segurança à Administração Pública quanto à execução do objeto.*

*Considerando que a contratação envolve o fornecimento contínuo e parcelado de produtos essenciais à manutenção dos serviços de saúde — como dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares —, torna-se imprescindível assegurar que a empresa contratada possua condições econômico-financeiras mínimas que reduzam o risco de inadimplemento, interrupção no fornecimento ou descontinuidade dos serviços.*





*A verificação da regularidade econômico-financeira dos licitantes contribui para a seleção de fornecedores idôneos e estáveis, aptos a suportar as obrigações decorrentes da contratação, especialmente em contratações realizadas por meio do Sistema de Registro de Preços, nas quais o fornecimento ocorre ao longo do tempo e conforme a demanda da Administração.*

*Ressalta-se que as exigências estabelecidas são compatíveis com o objeto da contratação e limitam-se ao estritamente necessário, não configurando restrição indevida à competitividade, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.*

## **9 ASPECTOS CONTRATUAIS**

### **VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.2 Neste processo, poderá ocorrer contrato oriundo de ARP.

### **REAJUSTE**

9.3 Os preços inicialmente registrados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 100 a 106 do processo), em 29/04/2026 (DD/MM/AAAA).

9.3.1 Em caso de reajuste de preços, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

9.4 As regras acerca para reajuste do valor são aquelas definidas na Ata de Registro de Preços, anexo do Edital.

### **SUBCONTRATAÇÃO**

9.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

9.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste instrumento.



## OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 9.7 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- VI. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;
- VII. Cientificar a Secretaria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- IX. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);
- X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





## OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.9 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;





- VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- XIV. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- XVI. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.10 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:



### Sanções aplicáveis

9.11 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Rescisão contratual;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e
- V. Declaração de inidoneidade.

9.12 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

### Graduação das multas

9.13 As multas poderão ser aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:

Grau de severidade	Aplicação
L1 – Leve	Advertência formal;
M1 – Moderado	Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
M2 – Moderado	Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
M3 – Moderado	Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.
G1 – Grave	Multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
G2 – Gravíssimo	Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Tabela 4

9.14 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

Item	Conduta	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
1	Atraso injustificado do bem	L1	M1	M2	M3	G1	G2
2	Erro formal na nota fiscal ou documentação	L1	M1	M2	M3	G1	G2



3	Entrega de produto em embalagem inadequada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
4	Não apresentação de documentação complementar solicitada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
5	Entrega parcial injustificada	M1	M2	M3	G1	G2	–
6	Entrega de produto recusado por não conformidade técnica	M1	M2	M3	G1	G2	–
7	Perder as condições de habilitação durante a execução	M1	M2	M3	G1	G2	–
8	Descumprir determinação formal da fiscalização	M1	M2	M3	G1	G2	–
9	Recusa em substituir item recusado	M2	M3	G1	G2	–	–
10	Reincidência de entregas com qualidade inferior	M2	M3	G1	G2	–	–
11	Entrega de produto com validade inadequada	M2	M3	G1	G2	–	–
12	Ausência de garantia contratual, quando exigida	M2	M3	G1	G2	–	–
13	Conduta reiterada que comprometa o abastecimento	M2	M3	G1	G2	–	–
14	Entrega de produto com dano, avaria ou defeito	M2	M3	G1	G2	–	–
15	Tentativa de renegociação indevida após homologação	M2	M3	G1	G2	–	–
16	Envio de documentação falsa ou adulterada	G2	–	–	–	–	–
17	Entrega de produto falsificado	G2	–	–	–	–	–
18	Abandono contratual	G2	–	–	–	–	–
19	Fraude, conluio ou má-fé na execução	G2	–	–	–	–	–
20	Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado	G2	–	–	–	–	–

Tabela 5

9.15 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.16 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.17 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.18 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.



9.19 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

9.20 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.21 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.22 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.23 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.24 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

II. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.

9.25 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.27 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.28 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.29 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.30 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.







9.31 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.32 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.33 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.34 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 3.397.881,54 (três milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

10.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, que se encontra anexado ao processo, nas folhas 100 a 106.





## 11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

11.2 Os recursos são de Transferências Voluntárias Federal para o Município: Sim.

11.3 A contratação poderá atendida pela seguinte dotação:

10.001.10.122.0009.2.233.3.3.90.32.00.00. - 1303 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.243.0012.6.007.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.32.00.00. - 1303 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.243.0012.6.007.3.3.90.32.00.00. - 6494 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.32.00.00. - 6494 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.32.00.00. - 1303 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.32.00.00. - 1303 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.32.00.00. - 3018 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.32.00.00. - 1303 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.32.00.00. - 1303 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.32.00.00. - 6494 - MATERIAL,  
BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

11.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## **1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente estudo tem por finalidade verificar a viabilidade da aquisição eventual de dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares, visando garantir o adequado suprimento desses insumos pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Tais produtos constituem insumos essenciais à terapia nutricional dos pacientes atendidos no âmbito da rede municipal de saúde, sendo utilizados nas rotinas assistenciais, especialmente em casos que demandam suporte nutricional específico.

Os produtos nutricionais consistem em fórmulas industrializadas, previamente avaliadas e padronizadas pelo setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações técnicas e quantitativos encontram-se devidamente descritos no Termo de Referência. Ressalta-se que os descritivos foram revisados com o objetivo de garantir a qualidade, segurança e confiabilidade dos produtos, sem prejuízo à competitividade do certame.

O público-alvo contempla pacientes de diversas faixas etárias, incluindo recém-nascidos, crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos e pessoas com necessidades especiais, acometidos por condições clínicas crônicas ou agudas que comprometem o estado nutricional.

Os produtos serão utilizados em dietoterapia por via enteral ou mista (oral e enteral), podendo, em determinados casos, representar a única fonte de alimentação do paciente, o que evidencia sua relevância para a manutenção da saúde e da vida.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o fornecimento contínuo desses insumos, indispensáveis ao tratamento de pacientes que não conseguem se alimentar adequadamente por via oral convencional ou que necessitam de suporte nutricional especializado com maior aporte calórico e/ou nutricional.

No que se refere à indicação de marca para os itens 11, 14, 18, 21 e 25, esclarece-se que tais especificações decorrem de demandas judiciais, devendo ser rigorosamente atendidas conforme determinação específica. Para os demais itens, as marcas indicadas ou sugeridas estão fundamentadas em prescrições médicas emitidas por profissionais especialistas das áreas de Pediatria, Alergia, Gastropediatria e Gastroenterologia, considerando as particularidades clínicas de cada paciente. Nesses casos, admite-se o fornecimento de produtos equivalentes, desde que comprovada a compatibilidade técnica com as especificações exigidas.



Destaca-se que a presente contratação está diretamente relacionada à garantia do direito fundamental à saúde, constituindo medida indispensável para assegurar a continuidade da assistência nutricional aos pacientes atendidos pela rede pública municipal. A ausência desses insumos poderá acarretar agravamento do estado clínico dos usuários, aumento da demanda por atendimentos de maior complexidade e prejuízos à efetividade das ações de saúde, evidenciando, portanto, o relevante interesse público envolvido.

Dessa forma, a aquisição dos produtos nutricionais visa garantir a continuidade do atendimento aos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as prescrições dos profissionais de saúde (nutricionistas e médicos especialistas), atendendo às exigências do tratamento dietoterápico e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, recuperação clínica e bem-estar dos pacientes.

Além disso, os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos com base no histórico de consumo dos exercícios anteriores, nas demandas atualmente existentes e na projeção de atendimentos para o período de vigência da contratação, considerando o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Tal metodologia visa assegurar a compatibilidade entre a estimativa de consumo e a real necessidade da Administração, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso de estoque, além de contribuir para a adequada gestão dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

#### **Área requisitante e responsável (eis):**

Área	Sec. de Saúde – Departamento de Compras
Responsável	Renilda da Silva Souza
Matrícula	2308
Telefone	(44) 3288-7000
E-mail	adm.saude@sarandi.pr.gov.br

## **2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Até o presente momento, este Município não possui Plano de Contratações Anual – PCA.

## **3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação pretendida deverá observar os seguintes requisitos, considerados essenciais para o adequado atendimento da demanda da Administração Pública:

### **3.1 Requisitos Gerais**

A empresa contratada deverá estar regularmente constituída, com objeto social compatível com o objeto da contratação, bem como atender a todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.



Deverá ainda possuir condições operacionais para o fornecimento dos produtos, garantindo o cumprimento das especificações, prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento.

### **3.2 Requisitos Técnicos**

Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste instrumento, observando padrões de qualidade, desempenho e segurança exigidos pelos órgãos competentes, bem como normas técnicas pertinentes.

### **3.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

A contratada deverá estar regularmente constituída e em situação regular perante os órgãos fiscais, previdenciários e trabalhistas, conforme legislação vigente.

### **3.4. Regularidade Sanitária**

Os produtos a serem fornecidos deverão atender às exigências sanitárias e regulatórias aplicáveis, conforme normas dos órgãos competentes, incluindo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando couber.

A comprovação do atendimento a tais requisitos, incluindo eventual necessidade de registro ou dispensa, será exigida na fase de contratação, conforme detalhamento a ser estabelecido no Termo de Referência.

### **3.5 Requisitos Operacionais**

A execução deverá ocorrer de forma contínua e eficiente, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos, bem como a adequada logística de entrega/execução, sem prejuízo à prestação dos serviços públicos.

### **3.6 Sustentabilidade**

Sempre que aplicável, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, com a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, conforme diretrizes da administração pública.

### **3.7. Garantia da contratação**

Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, caracterizado como fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, com baixo grau de complexidade técnica e operacional.

Ademais, trata-se de contratação com fornecimento parcelado, conforme a demanda da Administração, o que reduz os riscos de prejuízos financeiros relevantes, sendo tais riscos plenamente mitigáveis por meio dos mecanismos de fiscalização, controle e aplicação de sanções previstos na legislação e no instrumento contratual.

## **4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



Item	Descrição	Quant.	Unid.
1.	Fórmula infantil para lactantes de 0 a 6 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unid.
2.	Fórmula infantil a partir do 6º mês de vida. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unid.
3.	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses. Enriquecida com Lc-Pufas. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	500	Unid.
4.	Fórmula infantil para lactentes de 6 a 12 meses. Enriquecida com Lc-Pufas. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	500	Unid.
5.	Fórmula infantil Indicado a crianças de 0 a 6 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	750	Unid.
6.	Fórmula infantil Indicado a crianças de 6 a 12 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	750	Unid.
7.	Fórmula Infantil para lactentes de 0 a 12 meses à base de 100% proteína. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	200	Unid.
8.	Pó para preparo de bebida a base de soja para crianças a partir de 3 anos. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unid.
9.	Fórmula infantil de 0-36 meses isenta de lactose. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	600	Unid.
10.	Fórmula anti-regurgitação para lactentes 0-12 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	350	Unid.
11.	Nutrição enteral ou oral, normocalórico (1,0 kcal/mL na diluição padrão). Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	600	Unid.
12.	Nutrição enteral ou oral, normocalórico/hipercalórico. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	1.125	Unid.
13.	Fórmula infantil de 0 a 36 meses, hipoalergênica. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	1.350	Unid.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



Item	Descrição	Quant.	Unid.
14.	Dieta para Nutrição enteral ou oral, à base de peptídeos, normocalórico. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	200	Unid.
15.	Fórmula infantil em pó para lactentes e de segmento, e crianças de primeira infância. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Unid.
16.	Fórmula infantil constituída com 100% de aminoácidos livres. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	750	Unid.
17.	Módulo de nutrição, com 100% de aminoácidos livres. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	2.500	Unid.
18.	Módulo de nutrição enteral ou oral, indicado para crianças de 4 a 10 anos. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Unid.
19.	Fórmula infantil 0-36 meses. Hipoalergênica a base de proteína do soro do leite. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	1.125	Unid.
20.	Fórmula infantil de base vegetal 0-36 meses. Hipoalergênica a base de 100% proteína de arroz ou soja. Lata com 400g ou 800g, respectivamente. Demais especificações conforme descrição complementar.	150	Unid.
21.	Suplemento alimentar. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	563	Unid.
22.	Módulo nutricionalmente completo. Isento de fibra, lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	3.750	Litros
23.	Módulo nutricionalmente completo. Isento de lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	2.500	Litros
24.	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 57 gramas de proteína). Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	800	Litros
25.	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Normoproteica com 100% proteína	800	Litros





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



Item	Descrição	Quant.	Unid.
	de soja. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.		
26.	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 63 gramas de proteína). Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	16.000	Litros
27.	Módulo nutricionalmente completo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	4.000	Litros
28.	Módulo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral. Frasco com 200 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Frasco
29.	Frasco para nutrição enteral. Capacidade 300 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	11.000	Frasco
30.	Equipo específico para nutrição enteral, conector escalonado. Demais especificações conforme descrição complementar.	8.000	Unid.
31.	Equipo específico para nutrição enteral, conector Luer Slip. Demais especificações conforme descrição complementar.	2.000	Unid.

## 5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Nº	Solução Identificada	Descrição
1	Aquisição de produtos nutricionais industrializados	Consiste na aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares industrializados, fornecidos por empresas especializadas, devidamente regularizadas junto aos órgãos competentes, atendendo às especificações nutricionais e sanitárias exigidas. Trata-se de solução amplamente disponível no mercado, com diversos fornecedores e produtos padronizados.
2	Contratação de empresa para fornecimento com suporte nutricional associado	Consiste na contratação de empresa que, além do fornecimento dos produtos, ofereça suporte técnico ou acompanhamento nutricional, agregando serviços complementares ao objeto principal.
3	Manipulação/preparação individualizada de fórmulas nutricionais	Consiste na contratação de farmácias ou empresas especializadas para manipulação





individualizada de fórmulas nutricionais conforme prescrição específica, com atendimento personalizado às necessidades dos usuários.

## ANÁLISE DAS SOLUÇÕES IDENTIFICADAS

### **Solução 1 – Aquisição de produtos nutricionais industrializados**

Apresenta ampla disponibilidade no mercado, com produtos padronizados e fornecimento realizado por diversas empresas, favorecendo a competitividade, a previsibilidade no atendimento das demandas e a simplificação da gestão contratual.

### **Solução 2 – Contratação de empresa com fornecimento e suporte nutricional associado**

Apresenta maior complexidade operacional e contratual, além de custos adicionais decorrentes da prestação de serviços agregados, devendo sua adoção ser avaliada conforme a necessidade específica da Administração e a disponibilidade de estrutura para acompanhamento.

### **Solução 3 – Manipulação/preparação individualizada de fórmulas nutricionais**

Envolve maior complexidade logística e sanitária, menor padronização dos produtos e custos potencialmente mais elevados, sendo alternativa mais adequada para demandas altamente específicas e individualizadas.

### **Conclusão do Levantamento de Mercado**

A partir das alternativas analisadas, observa-se que o mercado dispõe de diferentes soluções para atendimento da demanda, com variações quanto aos aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

Verifica-se a existência de pluralidade de fornecedores, especialmente no que se refere à oferta de produtos nutricionais industrializados, o que favorece a competitividade e a viabilidade da contratação.

As soluções analisadas apresentam distintos níveis de complexidade, padronização, custo e logística de execução, devendo sua escolha considerar as necessidades da Administração, a eficiência na execução, a economicidade e a viabilidade operacional.

Dessa forma, o levantamento de mercado cumpre seu objetivo ao identificar alternativas aptas ao atendimento da demanda, fornecendo subsídios técnicos suficientes para a definição da solução mais adequada na etapa subsequente do planejamento da contratação.

## **6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo, bem como em consultas a bancos públicos de preços, tais como Banco de Preços e Nota Paraná, observando-se as disposições da Lei 14.133/2021.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



Os valores estimados consideram a média dos preços obtidos, visando garantir a compatibilidade com os praticados no mercado e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
1.	Fórmula infantil para lactantes de 0 a 6 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unid.	R\$ 72,45	R\$ 21.735,00
2.	Fórmula infantil a partir do 6º mês de vida. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unid.	R\$ 72,49	R\$ 21.747,00
3.	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses. Enriquecida com Lc-Pufas. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	500	Unid.	R\$ 118,09	R\$ 59.045,00
4.	Fórmula infantil para lactentes de 6 a 12 meses. Enriquecida com Lc-Pufas. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	500	Unid.	R\$ 118,88	R\$ 59.440,00
5.	Fórmula infantil Indicado a crianças de 0 a 6 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	750	Unid.	R\$ 86,19	R\$ 64.642,50
6.	Fórmula infantil Indicado a crianças de 6 a 12 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	750	Unid.	R\$ 86,28	R\$ 64.710,00
7.	Fórmula Infantil para lactentes de 0 a 12 meses à base de 100% proteína. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	200	Unid.	R\$ 102,14	R\$ 20.428,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
8.	Pó para preparo de bebida a base de soja para crianças a partir de 3 anos. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	300	Unid.	R\$ 114,24	R\$ 34.272,00
9.	Fórmula infantil de 0-36 meses isenta de lactose. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	600	Unid.	R\$ 104,41	R\$ 62.646,00
10.	Fórmula anti-regurgitação para lactentes 0-12 meses. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	350	Unid.	R\$ 95,99	R\$ 33.596,50
11.	Nutrição enteral ou oral, normocalórico (1,0 kcal/mL na diluição padrão). Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	600	Unid.	R\$ 57,88	R\$ 34.728,00
12.	Nutrição enteral ou oral, normocalórico/hipercalórico. Lata a partir de 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	1.125	Unid.	R\$ 83,69	R\$ 94.151,25
13.	Fórmula infantil de 0 a 36 meses, hipoalergênica. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	1.350	Unid.	R\$ 194,94	R\$ 263.169,00
14.	Dieta para Nutrição enteral ou oral, à base de peptídeos, normocalórico. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	200	Unid.	R\$ 177,63	R\$ 35.526,00
15.	Fórmula infantil em pó para lactentes e de segmento, e crianças de primeira infância. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Unid.	R\$ 165,89	R\$ 66.356,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
16.	Fórmula infantil constituída com 100% de aminoácidos livres. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	750	Unid.	R\$ 288,67	R\$ 216.502,50
17.	Módulo de nutrição, com 100% de aminoácidos livres. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	2.500	Unid.	R\$ 288,82	R\$ 722.050,00
18.	Módulo de nutrição enteral ou oral, indicado para crianças de 4 a 10 anos. Lata com 800g. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Unid.	R\$ 148,89	R\$ 59.556,00
19.	Fórmula infantil 0-36 meses. Hipoalergênica a base de proteína do soro do leite. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	1.125	Unid.	R\$ 202,23	R\$ 227.508,75
20.	Fórmula infantil de base vegetal 0-36 meses. Hipoalergênica a base de 100% proteína de arroz ou soja. Lata com 400g ou 800g, respctivamente. Demais especificações conforme descrição complementar.	150	Unid.	R\$ 310,57	R\$ 46.585,50
21.	Suplemento alimentar. Lata com 400g. Demais especificações conforme descrição complementar.	563	Unid.	R\$ 243,58	R\$ 137.135,54
22.	Módulo nutricionalmente completo. Isento de fibra, lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	3.750	Litros	R\$ 30,62	R\$ 114.825,00
23.	Módulo nutricionalmente completo. Isento de lactose e glúten. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	2.500	Litros	R\$ 30,04	R\$ 75.100,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
24.	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 57 gramas de proteína). Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	800	Litros	R\$ 38,95	R\$ 31.160,00
25.	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Normoproteica com 100% proteína de soja. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	800	Litros	R\$ 31,42	R\$ 25.136,00
26.	Módulo nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. Hipercalórico (1.5 Kcal/mL) e Hiperproteica (com no mínimo 63 gramas de proteína). Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	16.000	Litros	R\$ 35,70	R\$ 571.200,00
27.	Módulo nutricionalmente completo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral. Embalagem com 1000 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	4.000	Litros	R\$ 44,50	R\$ 178.000,00
28.	Módulo para situações metabólicas especiais para nutrição enteral ou oral. Frasco com 200 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	400	Frasco	R\$ 23,55	R\$ 9.420,00
29.	Frasco para nutrição enteral. Capacidade 300 ml. Demais especificações conforme descrição complementar.	11.000	Frasco	R\$ 2,73	R\$ 30.030,00
30.	Equipo específico para nutrição enteral, conector escalonado. Demais	8.000	Unid.	R\$ 1,88	R\$ 15.040,00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
	especificações conforme descrição complementar.				
31.	Equipo específico para nutrição enteral, conector Luer Slip. Demais especificações conforme descrição complementar.	2.000	Unid.	R\$ 1,22	R\$ 2.440,00

**Total estimado para contratação: R\$ 3.397.881,54**

## **7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir a continuidade da assistência nutricional aos usuários do sistema público de saúde.

A contratação contempla o fornecimento de produtos devidamente regularizados junto aos órgãos competentes, que atendam às especificações nutricionais, sanitárias e de qualidade estabelecidas, assegurando a segurança e a eficácia no atendimento das necessidades clínicas dos pacientes.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, permitindo maior flexibilidade na gestão dos estoques, evitando desperdícios e minimizando riscos relacionados ao vencimento dos produtos.

A solução abrange, ainda, a definição de critérios claros quanto às condições de entrega, prazos, validade mínima dos produtos, padrões de qualidade, acondicionamento e transporte, bem como mecanismos de recebimento, conferência e fiscalização, de modo a garantir a conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Além disso, serão observadas as exigências legais e regulatórias aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à vigilância sanitária, incluindo normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como demais legislações pertinentes.

A solução proposta visa atender de forma eficiente, segura e contínua às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para a manutenção do estado nutricional dos pacientes e para a efetividade das ações de saúde desenvolvidas no âmbito municipal.

## **8 DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

Considerando a natureza do objeto, que envolve o fornecimento de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, verifica-se que o parcelamento da solução é técnica e economicamente viável, bem como recomendável, com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores.



O parcelamento será adotado por item, permitindo que diferentes empresas possam participar do certame conforme sua capacidade de fornecimento, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, sem prejuízo da padronização e da qualidade dos produtos.

Tal medida contribui para a eficiência da contratação, evita a concentração de mercado e reduz riscos de desabastecimento, uma vez que possibilita a contratação de múltiplos fornecedores.

**Critério de julgamento:**

- ✓ Menor preço por item

**Subcontratação:**

- ✓ Não.

## **9 RESULTADOS PRETENDIDOS**

A presente contratação tem como objetivo assegurar o fornecimento contínuo e adequado de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, visando atender às necessidades dos usuários assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Como resultados pretendidos, destacam-se:

- Garantir a continuidade da assistência nutricional aos pacientes, contribuindo para a manutenção e recuperação do estado de saúde;
- Assegurar o fornecimento de produtos com qualidade, segurança sanitária e conformidade com as normas vigentes;
- Promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio da aquisição planejada e conforme a demanda;
- Reduzir riscos de desabastecimento, evitando interrupções no atendimento aos usuários;
- Minimizar perdas e desperdícios, especialmente relacionados ao vencimento de produtos;
- Ampliar a competitividade entre fornecedores, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas;
- Proporcionar maior controle e rastreabilidade no recebimento e distribuição dos produtos.

Dessa forma, espera-se que a contratação contribua diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela rede municipal de saúde, assegurando atendimento adequado, contínuo e eficiente à população.

### **9.1. Justificativa para a não elaboração da matriz de riscos**

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das





demandas da Secretaria Municipal de Saúde, verifica-se tratar de fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e com especificações técnicas já consolidadas.

Embora se trate de produtos relacionados à área da saúde, não há complexidade técnica relevante na execução contratual, uma vez que o fornecimento ocorre de forma parcelada, conforme a demanda, e segue padrões previamente definidos quanto à composição, apresentação, qualidade e exigências sanitárias.

Os riscos inerentes à contratação, tais como atraso na entrega, fornecimento de produtos em desconformidade com as especificações, ou eventual comprometimento da qualidade, são conhecidos e rotineiros nesse tipo de aquisição, podendo ser adequadamente mitigados por meio de instrumentos contratuais usuais.

Nesse sentido, a Administração dispõe de mecanismos suficientes para o gerenciamento dos riscos, tais como: definição detalhada das especificações no Termo de Referência, exigência de regularidade sanitária dos produtos, controle de prazos de entrega, critérios de recebimento e conferência, possibilidade de rejeição de produtos em desacordo, aplicação de sanções administrativas e acompanhamento por fiscais de contrato.

Destaca-se, ainda, que o modelo de fornecimento conforme a demanda confere maior flexibilidade à Administração, permitindo aquisições conforme a necessidade, reduzindo riscos de desperdício, vencimento de produtos e desabastecimento.

Ademais, não se identificam fatores de elevada incerteza, inovação tecnológica ou riscos relevantes que justifiquem a elaboração de matriz de riscos específica, sendo os riscos plenamente gerenciáveis no âmbito da execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que a elaboração de matriz de riscos não se mostra necessária para a presente contratação, não comprometendo a eficiência, a segurança e a adequada prestação do serviço público, especialmente no que se refere à continuidade da assistência nutricional aos usuários da rede municipal de saúde.

## **10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DA ARP**

Considerando que a aquisição dos bens ocorre de forma contínua e já integra a rotina administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, não se identificam providências adicionais a serem adotadas previamente à contratação.

A realização do procedimento licitatório constitui medida suficiente para atendimento da demanda, garantindo a continuidade do fornecimento dos insumos necessários.

Dessa forma, não há necessidade de adequações ou providências complementares antes da formalização da contratação.





## 11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O Município possui em vigor o Processo Licitatório nº 17/2025, que trata do mesmo objeto ora considerado, cuja vigência se encerrará em 11/06/2026.

Dessa forma, a presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade do fornecimento dos mesmos bens, garantindo a manutenção da assistência nutricional aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Ressalta-se que a adoção desta medida visa evitar a descontinuidade no fornecimento, bem como assegurar a regularidade do serviço, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e do interesse público.

## 12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação envolve a aquisição de dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares, que serão fornecidos exclusivamente aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando a natureza dos produtos, os principais impactos ambientais potenciais incluem:

- I. **Embalagens descartáveis:** O fornecimento deve privilegiar embalagens recicláveis, biodegradáveis ou provenientes de materiais reciclados, minimizando resíduos e contribuindo para a sustentabilidade.
- II. **Resíduos sólidos:** A destinação adequada dos resíduos gerados pelo uso e descarte das embalagens deve observar as normas brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como a legislação ambiental aplicável.
- III. **Transporte e armazenamento:** O transporte e o armazenamento dos produtos devem ser realizados de forma a reduzir desperdícios e impactos ambientais, preservando a integridade dos itens e evitando perdas ou contaminação.
- IV. **Eficiência no consumo:** O planejamento adequado das aquisições deve buscar evitar excessos, reduzindo desperdícios e o descarte indevido de produtos.

Dessa forma, os procedimentos de aquisição, armazenamento e utilização dos produtos devem ser conduzidos de maneira a minimizar impactos ambientais, promovendo práticas sustentáveis em conformidade com a legislação vigente e os princípios da responsabilidade socioambiental.

## 13 CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

Após a realização do levantamento de mercado e análise das soluções disponíveis, conclui-se que a alternativa mais adequada para atendimento da demanda da Administração é a aquisição de dietas enterais, dietas especiais e suplementos alimentares industrializados, fornecidos por empresas especializadas e devidamente regularizadas junto aos órgãos competentes.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria Municipal de Saúde



A solução escolhida apresenta maior viabilidade técnica, operacional e econômica, considerando que os produtos são amplamente disponíveis no mercado, possuem padronização consolidada e contam com diversos fornecedores, o que favorece a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Ademais, trata-se de solução que proporciona maior segurança sanitária, previsibilidade no fornecimento e facilidade na gestão contratual, atendendo de forma eficiente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

As demais alternativas analisadas, como a contratação de empresa com suporte nutricional associado e a manipulação individualizada de fórmulas, apresentam maior complexidade operacional, custos mais elevados e menor padronização, não se mostrando, neste momento, as opções mais vantajosas para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que a solução adotada é a que melhor atende ao interesse público, garantindo a continuidade da assistência nutricional aos pacientes, com eficiência, economicidade e viabilidade operacional.

**RESPONSÁVEL(IS) PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Sarandi, 23 de março de 2026.

\_\_\_\_\_  
Edair Miguel Sanches Ribeiro



# PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

**IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

Razão Social/CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

**DADOS BANCÁRIOS**

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

**IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE**

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Demais condições:

I. Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;

II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;

III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, XXX (XXXXXXX) dias.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.



---

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

---

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



# SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO III

MINUTA – COMPRAS E SERVIÇOS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### Nº «NÚMERO\_CONTRATO»/«ANO\_CONTRATO»

#### OBJETO

---

*Registro de preços para eventual aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.*

---



A Prefeitura do Município de Sarandi, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), considerando o julgamento da Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº «Número\_Licitação»/«Ano\_Licitação», Processo Administrativo nº xxx/20xx, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14133/21](#), no [Decreto nº 2140/2024 – SRP](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto *Registro de preços para eventual aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR*, de acordo com o Termo de Referência, anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico n.º «Número\_Licitação»/«Ano\_Licitação», que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social: «Nome\_Fornecedor»

CNPJ: «CNPJ\_CPF\_Fornecedor»

Endereço: «Endereço\_Fornecedor» - «Cidade\_Fornecedor» - «Estado\_Fornecedor» - «CEP\_Fornecedor»

Fone/Cel.: «TelComercial\_Fornecedor\_Contato»

E-mail: «Email\_Fornecedor\_Contato»

Representante: «Nome\_Representante» - CPF: «CPF\_Representante»

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
			(quando exigido no edital)				

Tabela 1





«Itens\_Contrato\_Por\_Lote»

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura do Município de Sarandi.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme o [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

### 5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de





empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.2 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o inciso I do item 5.4, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o alínea "b) do inciso I do item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e

II. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a





ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item alínea “a)” do inciso I do item 5.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;





II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 100 a 106 do processo), em 29/04/2026 (DD/MM/AAAA).

6.2.1 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.2 O direito a que se refere o item 6.2.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal do fornecedor até 180 (cento e oitenta dias) após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;





III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

V. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I. Por razão de interesse público;

II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



## 11 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

11.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



## 12 CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.2 **No caso de adjudicação por preço global de grupo/lote de itens**, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

---

**(Nome do Secretário)**

«Assinaturas\_Contrato»

Secretário xxx

---

**«Nome\_Representante»**

«nome\_fornecedor»

---

**Carlos Alberto de Paula Júnior**

Prefeito

Testemunhas:

1 – XX

2 – XX





## CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
			(quando exigido no edital)				

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
			(quando exigido no edital)				





MUNICÍPIO DE SARANDI  
Estado do Paraná

## ANÁLISE DE RISCO

**SECRETARIA RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:** Consiste na avaliação dos riscos da contratação e da gestão do contrato, e deve embasar a análise de viabilidade da contratação, buscando identificar os riscos do processo de contratação, inclusive considerando as lições e percalços aprendidos em outras contratações desta Municipalidade, evitando assim, repetições de problemas corriqueiros e não solucionados, ou seja, problemas já ocorridos em contratações passadas, bem como, buscará prevenir problemas futuros e previsíveis.

Com a análise, para cada risco identificado, deverá ser informado pela Secretaria Requisitante:

- a) O Risco constatado;
- b) A estimativa de probabilidade de ocorrência, qual seja, alta, média e baixa;
- c) A estimativa do impacto, caso se materialize em ocorrência, informando as consequências desta concretização da previsão de risco em ocorrência;
- d) Definir as ações necessárias para mitigar a probabilidade de ocorrência ou o impacto, caso se concretize;
- e) Definir os responsáveis por cada ação de mitigação;
- f) Definir os periodos de execução das ações de mitigação.

### 1- RISCOS - FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1		Médio
Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Estimativa inadequada de quantitativos; Falta ou excesso de produtos, podendo ocasionar desassistência aos pacientes ou desperdício de recursos

	públicos.	
Ação Preventiva		Responsável
Realizar levantamento histórico de consumo, análise da demanda atual da Secretaria Municipal de Saúde e validação das quantidades pelo setor de Nutrição.		Setor de Nutrição / Setor de Compras
Ação de Contingência		Responsável
Utilização do Sistema de Registro de Preços para aquisições complementares ou ajustes na demanda, conforme necessidade.		Setor de Compras / Gestor do Contrato

Risco 2		Médio
		Dano potencial
Probabilidade	Baixa	Pesquisa de preços inadequada ou insuficiente; Sobrepço ou fracasso da licitação, comprometendo a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa.
Ação Preventiva		Responsável
Realizar pesquisa de preços com base em múltiplas fontes (fornecedores, contratações públicas similares, bancos de preços), garantindo a fidedignidade dos valores estimados.		Setor de Compras / Comissão de Licitação
Ação de Contingência		Responsável
Revisão da pesquisa de preços e republicação do certame, caso necessário, com adequação dos valores estimados.		Setor de Compras / Autoridade Competente

## 2- RISCOS - FASE DE LICITAÇÃO

Risco 3		Médio
		Dano potencial
Probabilidade	Baixa	Restrição indevida à competitividade (ex.: especificação de marca); Impugnação do edital, suspensão do certame ou redução da competitividade.
Ação Preventiva		Responsável
Elaborar especificações técnicas baseadas em características funcionais e de desempenho, admitindo produtos equivalentes, exceto nos casos devidamente justificados (ex.: demandas judiciais),		Setor de Nutrição / Setor de Compras

com fundamentação técnica.	
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Análise e resposta a eventuais impugnações, com possibilidade de retificação do edital e republicação do certame, se necessário.	Secretaria de Saúde / Comissão de Licitação / Assessoria Jurídica

Risco 4	Alto	
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Fracasso ou deserto do certame; Ausência de propostas válidas, atrasando a contratação e podendo ocasionar descontinuidade no fornecimento aos pacientes.
Ação Preventiva		Responsável
Realizar ampla pesquisa de mercado, definição adequada de preços estimados e especificações compatíveis com a realidade do mercado fornecedor.		Setor de Compras
Ação de Contingência		Responsável
Revisão das condições do edital, ajustes nos valores estimados ou nas especificações e realização de novo procedimento licitatório.		Setor de Compras / Autoridade Competente

### 3 - RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 5	Alto	
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Atraso na entrega dos bens; Desabastecimento de insumos essenciais, podendo comprometer a assistência nutricional e a saúde dos pacientes.
Ação Preventiva		Responsável
Estabelecer prazos de entrega claros no Termo de Referência, acompanhamento sistemático das solicitações e comunicação prévia com o fornecedor.		Setor de Compras / Gestor do Contrato
Ação de Contingência		Responsável
Notificação formal da contratada, aplicação de penalidades cabíveis e, se necessário, acionamento de outro fornecedor registrado na Ata de Registro de		Gestor do Contrato / Autoridade Competente



Preços.	
---------	--

Risco 6		Médio	
Probabilidade	Baixa	Dano potencial	
		Fornecimento de produtos em desacordo (validade, qualidade ou especificação); Prejuízo à saúde dos pacientes, necessidade de substituição dos produtos e atrasos no atendimento.	
Ação Preventiva		Responsável	
Realizar conferência no ato do recebimento (validade mínima, integridade das embalagens, conformidade com especificações), além de exigir documentação sanitária conforme normas da ANVISA.		Fiscal do Contrato / Setor de Recebimento / Setor de Nutrição	
Ação de Contingência		Responsável	
Recusa do recebimento, solicitação de substituição imediata dos produtos e aplicação das sanções previstas em contrato.		Setor de Recebimento / Gestor do Contrato / Fiscal do Contrato	

**AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS:** A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados na contratação.

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MODERADA	ALTA
1		
2		
3		
	4	
5		
6		

**GRAVIDADE NAS CONSEQUÊNCIAS:** Neste ponto, a Secretaria Requisitante deverá verificar quais riscos poderão comprometer o resultado da contratação, e desta análise, informar quais riscos devem ser aceitos, providenciando-se as medidas necessárias de mitigação, por meio de ações

de prevenção, e quais riscos devem ser sanados, se houver, antes da continuidade do Processo Licitatório.

GRAVIDADE NAS CONSEQUÊNCIAS		
RISCO	ACEITABILIDADE	MEDIADAS NECESSÁRIAS DE MITIGAÇÃO
01	Médio	Realizar levantamento histórico de consumo, análise da demanda atual da Secretaria Municipal de Saúde e validação das quantidades pelo setor de Nutrição.
02	Médio	Realizar pesquisa de preços com base em múltiplas fontes (fornecedores, contratações públicas similares, bancos de preços), garantindo a fidedignidade dos valores estimados.
03	Médio	Elaborar especificações técnicas baseadas em características funcionais e de desempenho, admitindo produtos equivalentes, exceto nos casos devidamente justificados (ex.: demandas judiciais), com fundamentação técnica.
04	Alto	Realizar ampla pesquisa de mercado, definição adequada de preços estimados e especificações compatíveis com a realidade do mercado fornecedor.
05	Alto	Estabelecer prazos de entrega claros no Termo de Referência, acompanhamento sistemático das solicitações e comunicação prévia com o fornecedor.
06	Médio	Realizar conferência no ato do recebimento (validade mínima, integridade das embalagens, conformidade com especificações), além de exigir documentação sanitária conforme normas da ANVISA.

**CONCLUSÃO:** Da análise de avaliação dos riscos, concluiu-se que a pertença contratação, embora sujeita a riscos, possui viabilidade de contratação e execução, sendo os riscos abordados na presente análise de risco, devidamente mitigados por esta Secretaria, viabilizando assim, a continuidade do referido processo licitatório

De mesmo modo, **DECLARO** estar ciente de todas as implicações administrativas, civis e criminais pelas informações prestadas na presente análise de risco e em relação a elas assumimos de forma solidária a